



## **O PROJETO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: RESISTÊNCIA DA CULTURA SURDA À CULTURA HEGEMÔNICA**

**Luana Luzia da Silva**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
E-mail: luana.ufal.bio@gmail.com

**Nágib José Mendes dos Santos**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
E-mail: nagibem@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVES:** Cultura-surda, identidades, inclusão.

### **1- INTRODUÇÃO**

A tendência à dominação do ser humano pelo próprio ser humano esteve presente desde o início das sociedades humanas. Nas sociedades orientais (egípcia e mesopotâmica, por exemplo) em que o modo de produção era o asiático, a presença de escravos foi marcante. Na Grécia antiga, mesmo os filósofos políticos como Aristóteles não conseguiam vislumbrar uma sociedade sem escravidão. Na idade medieval, o Clero e a nobreza dominavam os servos, e depois da revolução Francesa, onde se teve o início do desenvolvimento da sociedade capitalista, a burguesia tomou o poder das decisões da sociedade (LESSA; TONET, 2011).

Percebe-se que a sociedade, desde o seu cerne, se constituiu segregacionista, excludente. No entanto, posteriormente, houve-se uma necessidade “consciente” de se incluir aqueles que até então estavam em segundo plano, nos programas de educação e sociais. Autores como Longman (2007) definem este fenômeno como sendo um ideal perverso.

A educação inclusiva tem seu marco principal na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que afirma os direitos específicos para as pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto da escola regular. Assim, embasados nestes e em outros documentos, a LDBEN/1996 trata sobre a educação especializada em seu capítulo V, e recomenda que este atendimento seja feito em escola regular (BRASIL, 1996).

Deste modo, para fins de refletir sobre o discurso hegemônico presente na proposta educacional da pessoa surda no Brasil e sua relação com as ideias de identidade e cultura surda, o seguinte trabalho assumiu como abordagem metodológica a análise qualitativa de revisão bibliográfica.

## **2. METODOLOGIA:**

O percurso metodológico deste trabalho toma como fundamento a reflexão bibliográfica. Isto, por concordarmos que mudanças sociais acontecem de forma acelerada causando variações nas esferas da vida, levando o pesquisador a vivenciar novos contextos e novas perspectivas (FLICK, 2004).

## **3. DISCUSSÃO**

Sobre a surdez, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em seus documentos, traz a proposta bilíngue. Esta consiste no ensino das duas línguas: A língua oral e majoritária como língua segunda (L2); e a língua de sinais que deve ser absorvida como língua natural dos surdos (L1). Segundo o documento do MEC (BRASIL, 2010):

É preciso construir um campo de comunicação e de interação amplos, possibilitando que a língua de sinais e a língua portuguesa, preferencialmente a escrita, tenham lugares de destaque na escolarização dos alunos com surdez, mas que não sejam o centro de todo o processo educacional (p.8).

Este seria um modelo ideal para ser seguido, pois nestes moldes todos seriam respeitados em suas diferenças linguísticas (LONGMAN, 2007). No caso pontual da surdez, a proposta inclusiva apela para o respeito às diferenças, ao menos no que diz respeito ao campo teórico. No entanto, pesquisas têm mostrado que isto não ocorreu, e nem ocorre atualmente desta forma (LIMA, 2004; LONGMAN, 2007).

Como exemplo do exposto acima, Dorziat (2004) diz que, na grande maioria dos casos, a interação através da língua de sinais fica restrita ao intérprete e ao surdo, desvalorizando a interação do estudante com os professores e colegas. Como consequência de tal fato, pode ocorrer a banalização das relações humanas que são consideradas tão importantes para o desenvolvimento do sujeito.

Longman (2007), por sua vez, utiliza-se da ironia para provocar um olhar diferenciado sobre a inclusão. Em suas palavras, na sociedade inclusiva: “todos serão respeitados na sua diferença/deficiência e os normais serão mais humanos [...]. Esse discurso nas políticas educacionais assume o lugar de um delírio coletivo e fundamentalista, construído na ordem da crença e da fé [...]” (p. 29). As políticas públicas, no contexto da educação inclusiva, acabam se tornando ações que só trazem mais exclusão, pois as escolas estão na verdade sendo capacitadas para conviver com uma exclusão silenciosa e disfarçada, oposta à exclusão física e notória de antes (DORZIAT, 2004; LONGMAN, 2007). Isto, segundo os autores mencionados, se reflete nos rendimentos não satisfatórios com a educação deste sujeito.

Os surdos que se aceitam como sujeitos culturais (os que aceitam a surdez enquanto diferença e não enquanto deficiência) são aqueles que possuem a identidade surda definida em seu psíquico (PERLIN, 1998 apud. LIMA2004). Estes sujeitos afirmam possuir uma cultura própria com costumes e tradições bem peculiares.

Com relação às identidades, Hall (2006), com base em pesquisas afirma que o “núcleo interior do sujeito”, em seu conceito antropológico, não é livre e nem autossuficiente. Mas sim, forjado a partir das relações com outras pessoas e espaços considerados significativos. Contudo, o mundo pós-moderno tem como características tornar possível a mudança destas identidades. Segundo o mesmo autor, as identidades, agora são multáveis e moldáveis de acordo com as interações, situações objetivas de cada cultura. Assim, pode-se fazer uma análise da forma como as políticas públicas brasileiras, voltadas para a inclusão escolar da pessoa surda, tratam sobre as questões referentes à identidade cultural destes sujeitos.

O MEC/SEESP (BRASIL, 2010), por meio do seu documento direcionado para a temática do bilinguismo e da surdez, preconiza que os alunos surdos não devem ser resumidos em pessoas pertencentes ao “[...] mundo surdo, com uma identidade e uma cultura surda. É no descentramento identitário que podemos conceber cada pessoa [...] como um ser biopsicossocial” (p. 08). Observa-se que a teoria do sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2006) coaduna com a concepção exposta no texto do MEC. Pois, de fato, as identidades são forjadas a partir das relações com as identidades descentradas. Porém, também é possível observar que o pressuposto teórico que embasa a proposta bilíngue, dentro do processo inclusivo, esconde uma ideologia baseada no esvaziamento identitário do sujeito surdo enquanto sujeito linguístico, a fim de homogeneizar este grupo. Assim, os surdos podem ser classificados como integrantes de um grupo maior, isto é, o grupo das pessoas com deficiência. No entanto, o *Modus Vivendi* dos surdos é denominado por Cultura Surda, e esta, não é obsoleta ou afastada dos contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Ao invés, a Cultura Surda também se cruza com diversos aspectos de outras culturas, como no vestuário, nas comidas, nos esportes entre outros, dando-lhe o aspecto multicultural (LIMA, 2004).

Pode-se afirmar que a sociedade humana, ao longo de sua história, tem apresentado como uma de suas fortes características o egoísmo. Tal ideia pode ser corroborada com a afirmação de Hobbes quando diz que “o homem é lobo do próprio homem (HOBBS, 2009, p. 129)”. Com o advento da pós-modernidade, esta mesma sociedade, enfrenta agora um desafio: o homem pós-moderno precisa conviver com as diferenças e com os diferentes.

Contudo, esta sociedade mostra-se por vezes ainda muito segregacionista, *alterfóbica*<sup>1</sup>, preferindo alguns grupos em detrimento de outros.

Apesar disto, os preconceitos agora são velados e maquiados em surgimentos de leis e decretos que afirmam direitos iguais, mas não se mostram eficientes para uma sociedade que apresenta muitas falhas no que diz respeito à equiparação de oportunidades (LONGMAN, 2007). Neste panorama, os *grupos* vulneráveis, entre eles, os dos surdos, foram colocados junto com a maioria nos espaços educacionais. Porém, o que se tem evidenciado é que as práticas pedagógicas continuam sendo voltadas para contemplar os alunos ouvintes, fenômeno este denominado de *Ouvintismo*<sup>2</sup> (SKLIAR, 2005).

Deste modo, se contrapondo a ideia da corrente teórica hegemônica, presente no discurso da escola inclusiva, a comunidade surda do Brasil apresenta a proposta da Escola Bilíngue para Surdos. Esta proposta se fundamenta na ideia de que os surdos teriam maior possibilidade no seu desenvolvimento educacional se os conteúdos fossem ministrados, diretamente, em LIBRAS, ou seja, sem o intermédio do Intérprete.

Porém, a proposta da Escola Bilíngue apresentada pelos surdos, mesmo sendo símbolo de resistência, pode apresentar alguns prejuízos no que diz respeito ao desenvolvimento proveniente da interação entre os sujeitos. Esta escola, preconiza que o ensino dos conteúdos sejam ministrados em Língua Brasileira de Sinais, por profissionais surdos. Tal fato pode levar, por condicionamento, a uma relação restrita entre os surdos, destoando da conjuntura social contemporânea preconizada por Stuart Hall: a de uma sociedade fundada no multiculturalismo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de serem ainda insipientes as discussões sobre a temática proposta por este trabalho, podemos perceber que as políticas voltadas para a inclusão educacional das pessoas surdas, precisam estar em conformidade com as suas características linguísticas. Deste modo, a educação inclusiva para surdos tem se apresentado como proposta hegemônica predominantemente pautada no ser ouvinte, reproduzindo o que fora denominado por *Ouvintismo* (SKLIAR, 2005).

Em contrapartida, a comunidade surda apresenta a proposta da Escola Bilíngue como resistência ao que é imposto pelo sistema vigente (proposta inclusiva). Contudo, este modelo

---

<sup>1</sup> *Alter*: outro; *Fobia*: medo.

<sup>2</sup> *Ouvintismo*: relação de poder fundamentada na dominação imposta pelo “ser ouvinte” ao “ser surdo”.

de Escola pode se apresentar, no contexto da sociedade contemporânea que é definida por Hall (2006) como multicultural, como um espaço propenso a guetização.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BRASIL, MEC/SEESP. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. v. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar), Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

\_\_\_\_\_, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Portal do MEC, SEESP – Secretaria da Educação Especial. Legislação Específica/Documentos internacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_, **Declaração de Salamanca – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf>>. Acesso em 16 de setembro de 2013.

DORZIAT, Ana. **A educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Disponível em:<<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/02/a8.htm> > Consultado em: 04/07/2013.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. trad. Sandra Netz. – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Disponível em: <<http://www.geoideias.com.br/geo/images/livros/HALL,%20StuartPos-Modernidade.pdf>> consultado em: 23/10/2013.

HOBBS, Tomas. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado clássico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

LIMA, Heloísa Maria Moreira. **Ensino de língua Portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica**. Brasília: MEC/ SEESP, 2005.

LONGMAN, Liliane Vieira. **Memórias de Surdos** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2007.

SKLIAR, Carlos [org.] **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediações, 2005.